



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ALMOXARIFADO - SEAL/DMAT/CGAD/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15996419/2020-SEAL/DMAT/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.018962/2019-99

1. DO OBJETO

1. Aquisição de materiais de consumo para atender às necessidades das Unidades Centralizadas da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Órgão gerenciador: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/COAD – Brasília/DF, UASG: 200334;					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (Unit.)
1	Luva para procedimento não cirúrgico, material nitrile, tamanho pequeno, características adicionais sem pó, esterilidade não esterilizada, modelo sem látex. Cor azul. Caixa 100 und.	313654	caixa	40	R\$ 55,70
2	Luva para procedimento não cirúrgico, material nitrile, tamanho médio, características adicionais sem pó, esterilidade não esterilizada, modelo sem látex. Cor azul. Caixa 100 und.	313653	caixa	40	R\$ 59,90
3	Luva para procedimento não cirúrgico, material nitrile, tamanho grande, características adicionais sem pó, esterilidade não esterilizada, modelo sem látex. Cor azul. Caixa 100 und.	313652	caixa	40	R\$ 59,90
4	Fita ribbon para impressão de cartão pvc padrão (ymcko), aproximadamente 250 impressões, para smart ch51s/d ref. 659526.	150541	unidade	20	R\$ 650,00
5	Termohigrômetro, tipo: digital, fonte alimentação: bateria, altura:110 mm, comprimento:~70 mm, espessura:~20 mm, faixa temperatura:-10 a 60 °c, faixa medição umidade relativa:10 a 99 per, resolução:0,10 °c, aplicação: monitoramento temperatura e umidade.	235443	unidade	5	R\$ 79,90
6	Lupa (tipo portátil, formato redonda, faixa ampliação mínimo 10 vezes, diâmetro~ 90, material cabo plástico, características adicionais bordas altas para proteção da lente, comprimento ~18 , largura ~2,4, material plástico contendo iluminação led no corpo do equipamento, alimentado a pilha).	150789	unidade	36	R\$ 83,45
7	Fluido (solvente hfe 7100, aspecto físico líquido, aplicação metal, plástico e borracha, a base de metoxinonafluorobutano). Frasco ~3,75 litros.	259734	frasco	1	R\$ 7.337,22
8	Reagente revelador 1,2-indanedione para revelação de impressões digitais em suportes porosos. Pacote com 10g.	118532	frasco	2	R\$ 5.490,85
9	Envelopes de segurança - envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais e dotados de sistema de lacre de segurança, fabricados em filmes plásticos coextrusados de três camadas e semirrígido, possibilidade de impressão de layout nos dois lados, os lacres serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso. Com numeração e áreas de endereçamento para escrita esférogáfica personalizada para polícia federal, além de instruções de segurança e manuseio, para tratamento de materiais arrecadados, com nível de segurança 8, tamanho 300 por 360 mm aproximadamente. Conforme modelo Anexo I. Os lacres de segurança das embalagens devem obedecer às seguintes especificações: i - os registros registrados de forma visível ou violável tentativas de violação, de forma a ser possível constatar-las a olho nu, indicadas, discriminadas, ou ataques mecânicos; ii - o método de fechamento do lacre deve apresentar características que não permitem a violação e novo fechamento sem deixar marcas evidentes; iii - o lacre deve manter completamente fechada a faixa de temperatura entre -5 ° c e 65 ° c e não deve estar sujeito a uma abertura acidental nessa faixa; iv - uma mesma numeração identificadora única deve ser gravada no próprio lacre e também na embalagem, ambas no mesmo lado, quando elas são fabricadas em estruturas diferentes e com materiais de consistência e maleabilidade não semelhantes; vi - uma numeração identificadora também deve ser gravada no código de barras do padrão comercial, como code128 ou registrado, e com perfeita legibilidade e definição de impressão. O filme plástico das embalagens deve obedecer às especificações: i - ter transparência suficiente para identificar os objetos em seu interior e realizar a leitura de caracteres gravados nos objetos; ii - não devem apresentar rugas, bolhas, furos, deformações ou alterações de transparência ao longo de toda a embalagem que pode assemelhar a tentativas de abertura; iii - resistência suficiente para proteger e proteger o conteúdo até o limite de peso especificado; iv - como solda lateral de fechamento da embalagem deve ser uma faixa de segurança feita de forma a caracterizar qualquer tentativa de violação pela solda; v - faixa de segurança soldada lateral da embalagem deve ser dotada de impressão de linhas curvas ou similar que facilite a identificação de violações; e vi - lateral inferior da embalagem e oposta ao lacre deve terminar o tipo de trava ou sanfona no plástico e não deve terminar o tipo de solda. A impressão do layout e o formulário padronizado devem ter as seguintes especificações: i - o formulário deve ser impresso em fundo branco e deve ser possível escrever em caneta esférogáfica, com rápida absorção para evitar empréstimos, sem possibilidade de exclusão de escrita e aderência às etiquetas adesivas aplicadas; e ii - o layout deve ser impresso com uniformidade de núcleos, sem falhas e manchas que podem assemelhar a tentativas de abertura. Do layout e dimensões o layout geral das embalagens de segurança deve obedecer aos desenhos de arte constantes nos anexos a este termo de referência, sendo permitidas adaptações conforme as medidas da embalagem, incluindo alterações de orientação espacial do formulário e localização do lacre de segurança. É permitida a inserção de instruções de uso da embalagem e o nome com o contato telefônico do fabricante no layout. As siglas laterais "pf" do layout devem coincidir com as soldas laterais. É vedada a inserção de qualquer propaganda de produto ou fabricante de layout, como vantagens, marcas de logotipo, preços, código qr ou sites. Conforme modelo Anexo I.	150881	unidade	5000	R\$ 3,75
10	Atadura, tipo 1: crepom, material 1: 100% algodão, dimensões: 10 cm, esterilidade: estéril, uso único, embalagem: embalagem individual. 10cmx1,80m.	460133	rolo	500	R\$ 2,90
11	Atadura, tipo 1: elástica, material 1: tecido misto, dimensões: 12 cm, características adicionais 1: auto aderente, adicional: hipoalergênica, embalagem: embalagem individual. 12cmx2,20m.	446361	rolo	120	R\$ 3,00
12	Luva para procedimento não cirúrgico, material: vinil, tamanho: médio, características adicionais: descartável, sem látex, sem pó, esterilidade: não estéril, cor: anatómica, resistente a tração. Caixa 100 und.	416061	caixa	2	R\$ 39,00
13	Cateter periférico, material cateter: polímero radiopaco, aplicação: venoso, material agulha: agulha aço inox, diâmetro: 18 gau, comprimento: cerca 30 mm, componente adicional: c, asa de fixação, tubo extensor c, clamp, conector: conector padrão c, injetor lateral, componente 2: c, sistema segurança segundo nr,32, tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual.	438249	unidade	400	R\$ 2,06
14	Extensor infusão vascular, tipo: p, bomba infusora, vias: 1 via, material: polímero, comprimento: cerca 120 cm, calibre: cerca 12 french, tipo conexão: luer lock , slip, pressão máxima: até cerca de 100 psi, tipo uso: estéril, uso único.	459706	unidade	200	R\$ 4,00
15	Ringer, composição: simples, forma farmacêutica: solução injetável, característica adicional: sistema fechado. Frasco 500 ml.	352192	frasco	220	R\$ 6,50
16	Oxímetro, tipo: pulso, faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 32 h, alimentação: pilha, acessórios: c, sensor.	441991	unidade	12	R\$ 246,00
17	Carregador bateria, dimensões: 35 mm, modelo: cr-123 (photo battery) d- concepts ch 123. Pilha tipo CR-123.	344156	unidade	3.000	R\$ 26,00
18	Base alvo de tiro, material: madeira, Base alvo de tiro, material: madeira, tamanho: 2 x 4 x 170 cm, características adicionais: composta de dois	196920	unidade	500	R\$ 75,44

estágios para serem fixados no solo, aplicação: treinamento. Modelo conforme Anexo I. Madeira tipo mista, base duratex.					
19	Grampo para grampeador pneumático 80/10, galvanizado. Caixa c/ 4000 und.	32468	caixa	8	R\$ 26,06
20	Fluido para teste de injetor (composição: esteres pesados de ácidos, graxos modificados e derivados de petróleo). Frasco 1 litro.	45322	frasco	10	R\$ 36,00
21	Solvente, nome solvente limpeza de armas (solvente de pólvora). Frasco 1 litro.	132861	frasco	30	R\$ 145,30
22	ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA, NOME ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA . CORDELETE DE 6MM. Com as seguintes características: a) Deve ser homologada e certificado por: ● UIAA (União Internacional das Associações de Alpinismo), ● Comunidade Européia CE1015 NORMA EN564 ● ISO 9001 b) – Composição: 100% Poliamida de alta tenacidade, trançada semelhante à corda estática com capa e alma, porém de menor bitola. c) – Dimensões: Cordelete 06 mm na cor preta. d) - Resistência (carga de ruptura): 10 KN e) Deve ser de fabricação no de 2020. f) – Acondicionamento: rolos de 100m. . Ref.: Gleinstein, Gilmonte , equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão nº 2401/2006, 9.3.2 – Plenário).	150490	metro	1.000	R\$ 7,20
23	Cilindro gás, material: descartável, tipo gás: metil acetileno propadieno, volume: 400 gr, características adicionais: cilindro descartável para maçarico portátil	441073	unidade	30	R\$ 64,27
24	Prisma oficial para orientação - prisma de nylon no tamanho oficial para orientação (30x30 cm) em material leve e resistente. Estrutura soldada em alumínio resistente.	150490	unidade	60	R\$ 27,13
25	Picotador confeccionado em material de plástico de alta resistência contendo ponteiros de aço inox resistente a intempéries, com combinações variáveis para a prática de orientação.	150490	unidade	60	R\$ 20,83
26	Balões elaborados com látex de borracha natural. Tamanho nº 7,8 ou 9. Cores diversas. pacote com 50 und.	134902	pacote	200	R\$ 9,28
27	Pregos de aço de 40mm com cabeça 3,00mm.	444585	unidade	1000	R\$ 0,46
28	Fechadura, material caixa: latão, material lingueta: latão, acabamento superficial: cromado brilhante, material tambor segredo: latão, características adicionais: cilindro oval com 5 pinos, tipo: externa, aplicação: porta, comprimento: 15,50 cm, altura:22,40 cm, espessura:2,50 cm.	406257	unidade	50	R\$ 183,69
29	Cartão de memória – micro sd com capacidade de 64GB, com adaptador (memória em cartão, capacidade memória 64gb, tipo cartão micro sd, características adicionais com adaptador).	450734	unidade	40	R\$ 85,00
30	Alcool etílico absoluto 99,5%.	346633	litro	02	R\$ 29,93
31	Tinta para coleta de impressões papilares à base de água, de fácil remoção, na cor preta, possibilitando excelente contraste quanto ao entintamento das cristas epidérmicas, permanente em papel não parafinado. Bisnaga 100 ml.	226454	bisnaga	20	R\$ 160,00
32	Rolo de entintamento confeccionado em borracha de alta densidade e resistente à limpeza constante com solventes, formato cilíndrico, diâmetro 4cm (podendo variar em 1cm) e cerca de 7cm de largura; fixado em base de alumínio ou aço; com cabo resistente.	226431	unidade	20	R\$ 325,00
33	Iodo, aspecto físico cristal preto azulado, de brilho metálico, peso molecular 253,81, composição química I2, característica adicional reagente p.a, em frasco hermético de no máximo 2g, evitando a sublimação do produto após uso. 30 ampolas de 2g, Pode ser acondicionado em frasco com 6 ampolas.	353037	frasco	5	R\$ 314,19

Órgão Participante: Base de Administração do Quartel do Exército-Brasília/DF. UASG: 160186.					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (Unit.)
19	Grampo para grampeador pneumático 80/10, galvanizado. Caixa c/ 4000 und.	32468	caixa c/ 4000 und	20	R\$ 26,06
24	Prisma oficial para orientação - prisma de nylon no tamanho oficial para orientação (30x30 cm) em material leve e resistente. Estrutura soldada em alumínio resistente.	150490	unidade	60	R\$ 27,13
25	Picotador confeccionado em material de plástico de alta resistência contendo ponteiros de aço inox resistente a intempéries, com combinações variáveis para a prática de orientação.	150490	unidade	60	R\$ 20,83

1.1. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

2.2.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

e) a comprovação do disposto no subitem 2.2.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 20

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

a) Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7, lote 23, Brasília/ DF-CEP 70.610-902, Telefone (61) 2024-9258, no horário das 08h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30h, de segunda a sexta-feira. Esse prazo poderá ser prorrogado a pedido justificado do fornecedor , se aceito pela Administração.

b) Almoxarifado da Base Administrativa do quartel do Exército, localizado na Avenida do Exército s/n, Setor de Garagens, Setor Militar Urbano – Brasília/ DF-CEP 70.630-901, Telefone (61) 3415-6991.

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e n proposta.

3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Não sendo substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, deverão ser retirados no dia útil seguinte ao encerramento do prazo, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Passados 30 dias do prazo para retirada, poderá a contratante desfazer-se dos bens ou inutilizá-los, se forem de uso exclusivo, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

9. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. Da utilização da Ata por Órgão ou Entidade não participante:

10.4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

11. **DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus

- créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

365

12. **DO REAJUSTE**
- 12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
13. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual para a presente contratação.
14. **A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**
- 14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 14.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 230.669,91 (duzentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos) e foi obtido com base na mediana dos preços, conforme o art. 6º da IN nº 73 e 08/2020 - ME/SEDGGD/SG ME/SEDGGD/SG.
17. **ANEXOS**
- 17.1. ANEXO I – LAYOUT (ALVO, BANDEIRA, ENVELOPE E JALECO)

Brasília-DF, 10 de setembro de 2020

GERALDO MARCELO A. SANTOS
Agente Administrativo - Mat. 4121
Chefe do SEAL/DMAT/COAD/DLOG/PF

APROVO o presente Termo de
Referência conforme o disposto
no Art.14 do Dec. 10.024/2019



Documento assinado eletronicamente por **GERALDO MARCELO AMARAL SANTOS, Chefe de Setor**, em 14/09/2020, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS, Chefe de Divisão**, em 18/09/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 18/09/2020, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15996419** e o código CRC **AAFBAE7**.